

Abril, foram criadas as 15 unidades orgânicas flexíveis da Direcção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ).

Importa, agora, definir o novo quadro de titulares de cargos de direcção intermédia da DGAJ, atendendo à reestruturação em curso, de que aquela portaria faz parte. Torna-se, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas ora criadas.

2 — Uma dessas unidades é a Divisão de Planeamento e Organização da Formação (DPOF), do Centro de Formação de Funcionários de Justiça (CFJ).

A escritvã-adjunta, da carreira de oficial de justiça, Ana Paula Sousa Santos Mata, licenciada em Direito, não só possui os requisitos legais, gerais e especiais exigidos como também revela capacidade adequada ao exercício de funções dirigentes e competência na área funcional da referida Divisão, decorrente do desempenho de funções no anterior Centro de Formação de Oficiais de Justiça. Corresponde, assim, ao perfil indicado para o lugar a prover.

3 — Nestes termos, nomeio, em regime de substituição, no cargo de chefe de divisão de Planeamento e Organização da Formação do Centro de Formação de Funcionários de Justiça da DGAJ a licenciada Ana Paula Sousa Santos Mata, escritvã-adjunta, ao abrigo dos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugados com o n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 124/2007, de 27 de Abril.

4 — A presente nomeação produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

22 de Maio de 2007. — A Directora-Geral, *Helena Mesquita Ribeiro*.

Despacho n.º 12 335/2007

1 — Com a publicação, na sequência da nova Lei Orgânica do Ministério da Justiça, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, do Decreto-Lei n.º 124/2007, de 27 de Abril, e das Portarias n.ºs 515/2007 e 558/2007, ambas de 30 de Abril, procedeu-se à reorganização da Direcção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ).

Fixada a sua estrutura nuclear, importa, agora, definir o novo quadro de titulares de cargos de direcção intermédia da DGAJ, uma vez cessadas, por força da lei, as comissões de serviço de vários desses titulares. Tal procedimento é legalmente determinado e igualmente necessário para que se garanta o normal funcionamento dos serviços e se facilite a consolidação da estrutura ora arquitectada.

2 — O secretário de justiça Luís Fernando Borges Freitas, licenciado em Direito, não só possui os requisitos legais exigidos como também revela inequívoca aptidão pessoal e técnica para o exercício de funções dirigentes e reconhecida competência na área funcional da direcção de serviços a prover, dado o seu desempenho de cargos de direcção intermédia, designadamente, nos últimos anos, o de director de serviços Jurídicos e de Cooperação Judiciária Internacional. Corresponde, assim, ao perfil indicado para o lugar.

3 — Nestes termos, nomeio, em regime de substituição, no cargo de director de serviços de Administração Judicial da DGAJ o licenciado Luís Fernando Borges Freitas, secretário de justiça, ao abrigo dos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

4 — A presente nomeação produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

22 de Maio de 2007. — A Directora-Geral, *Helena Mesquita Ribeiro*.

Despacho n.º 12 336/2007

1 — Com a publicação, na sequência da nova Lei Orgânica do Ministério da Justiça, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, do Decreto-Lei n.º 124/2007, de 27 de Abril, e das Portarias n.ºs 515/2007 e 558/2007, ambas de 30 de Abril, procedeu-se à reorganização da Direcção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ).

Fixada a sua estrutura nuclear, importa, agora, definir o novo quadro de titulares de cargos de direcção intermédia da DGAJ, uma vez cessadas, por força da lei, as comissões de serviço de vários desses titulares. Tal procedimento é legalmente determinado e igualmente necessário para que se garanta o normal funcionamento dos serviços e se facilite a consolidação da estrutura ora arquitectada.

2 — A assessora principal Ana Maria Sena Brogueira Monterrozo Carneiro, licenciada em Direito, possui os requisitos legais de provimento exigidos e demonstra aptidão pessoal e técnica para o exercício de funções dirigentes, revelando competência na área funcional da direcção de serviços a prover, dada a experiência adquirida no desempenho do cargo de directora de serviços de Conservação e Equipamentos. Corresponde, assim, ao perfil indicado para o lugar.

3 — Nestes termos, nomeio, em regime de substituição, no cargo de directora de serviços de Sistemas de Informação, Infra-Estruturas e Equipamentos da DGAJ a licenciada Ana Maria Sena Brogueira Monterrozo Carneiro, assessora principal do quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, ao abrigo dos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

4 — A presente nomeação produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

22 de Maio de 2007. — A Directora-Geral, *Helena Mesquita Ribeiro*.

Despacho n.º 12 337/2007

1 — Com a publicação, na sequência da nova Lei Orgânica do Ministério da Justiça, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, do Decreto-Lei n.º 124/2007, de 27 de Abril, e das Portarias n.ºs 515/2007 e 558/2007, ambas de 30 de Abril, procedeu-se à reorganização da Direcção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ).

Fixada a sua estrutura nuclear, importa, agora, definir o novo quadro de titulares de cargos de direcção intermédia da DGAJ, uma vez cessadas, por força da lei, as comissões de serviço de vários desses titulares. Tal procedimento é legalmente determinado e igualmente necessário para que se garanta o normal funcionamento dos serviços e se facilite a consolidação da estrutura ora arquitectada.

2 — A técnica superior Ana Rita Ferreira Costa Carvalho, licenciada em Direito, possui os requisitos legais de provimento exigidos e demonstra aptidão para o exercício de funções dirigentes, revelando experiência na área funcional da direcção de serviços a prover, dado o desempenho do cargo de directora do anterior Centro de Formação de Oficiais de Justiça. Corresponde, assim, ao perfil indicado para o lugar.

3 — Nestes termos, nomeio, em regime de substituição, no cargo de directora do Centro de Formação de Funcionários de Justiça da DGAJ a licenciada Ana Rita Ferreira Costa Carvalho, técnica superior de 1.ª classe do quadro da Câmara Municipal de Lisboa, ao abrigo dos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do regime instituído pelo Decreto-Lei n.º 175/98, de 2 de Julho.

4 — A presente nomeação produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

22 de Maio de 2007. — A Directora-Geral, *Helena Mesquita Ribeiro*.

Despacho n.º 12 338/2007

1 — Com a publicação, na sequência da nova Lei Orgânica do Ministério da Justiça, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, do Decreto-Lei n.º 124/2007, de 27 de Abril, e das Portarias n.ºs 515/2007 e 558/2007, ambas de 30 de Abril, procedeu-se à reorganização da Direcção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ).

Por meu despacho desta data, emitido ao abrigo do n.º 5 da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, e de acordo com o limite fixado pelo artigo 1.º da segunda daquelas portarias, foram criadas 15 unidades orgânicas flexíveis.

Importa, agora, definir o novo quadro de titulares de cargos de direcção intermédia da DGAJ.

2 — Ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, determino que sejam mantidas as comissões de serviço dos seguintes titulares de cargos de direcção intermédia de 1.º grau:

Licenciado José Jorge dos Santos Brandão Pires, director de serviços de Identificação Criminal (DSIC);

Licenciado António Fernando Miranda Dias, director de serviços de Gestão Financeira (DSGF);

Licenciada Helena de Almeida Esteves, directora de serviços de Recursos Humanos (DSRH).

3 — Ao abrigo da mesma norma legal, determino que sejam mantidas as comissões de serviço dos seguintes titulares de cargos de direcção intermédia de 2.º grau:

Licenciado Pedro Miguel Rodrigues Duarte, chefe de divisão de Apoio Jurídico e de Cooperação Judiciária Internacional (DAJCI);

Licenciado Francisco José da Cunha Sampaio, chefe de divisão de Apoio à Gestão Documental (DAGD);

Licenciada Luísa Margarida de Jesus Rodrigues Martins, chefe de divisão de Identificação e Gestão dos Ficheiros Informáticos (DIGFI);

Licenciada Maria da Luz Rodrigues do Ó, chefe de divisão de Análise de Registos e Dactiloscopia (DARD);

Licenciada Maria Margarida Traveles Carreiras Simões, chefe de divisão de Gestão Financeira (DGF);

Licenciado Carlos Alberto da Silva Correia, chefe de divisão de Gestão de Recursos Humanos (DGRH);

Licenciado Lourenço António Lopes Torres, chefe de divisão de Administração dos Funcionários de Justiça (DAFJ);

Licenciado José Francisco da Rocha Ramalho, chefe de divisão de Processamento de Remunerações (DPR);

Licenciada Yolande Maria Monteiro da Silva, chefe de divisão de Equipamentos (DE).

4 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

22 de Maio de 2007. — A Directora-Geral, *Helena Mesquita Ribeiro*.

Despacho n.º 12 339/2007

Em cumprimento do n.º 1 do artigo 30.º da nova Lei Orgânica do Ministério da Justiça, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006,